



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I - DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa para fornecimento e montagem/instalação de bancada/plataforma para os auditórios do Fórum Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e seus anexos.

CAPÍTULO II – DA JUSTIFICATIVA

1. A aquisição pretendida tem por finalidade a substituição e modernização do mobiliário alocado no Auditório do Fórum Eleitoral, no município de Campo Grande/MS, sendo imprescindíveis para oferecer condições adequadas de trabalho no desempenho das atividades dos servidores, principalmente para adequar o mobiliário à norma de acessibilidade (NBR 9050/2015).

2. A aquisição dos mobiliários indicados neste Termo de Referência visa, também, o Aperfeiçoamento da Gestão e de Custos, especificamente com o objetivo de aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, dado que visa a eventual aquisição de mobiliário seguindo as recomendações de ergonomia, melhorando a qualidade de vida dos servidores deste órgão, que se reflete em melhor desempenho das respectivas funções, além de promover e aprimorar as práticas de sustentabilidade no âmbito do TRE/MS, com a implantação de medidas que garantam o uso eficiente e sustentável dos materiais.

CAPÍTULO III- DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. 1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo.

GRUPO 01: FORMADO PELOS ITENS 01, 02 e 03

GRUPO 1	
BANCADA/PLATAFORMA DE TRABALHO EM MÓDULOS	
Item	Especificação
01	DESCRIÇÃO GERAL: PLATAFORMA DE TRABALHO INDIVIDUAL (INTERNA)

TAMPO:**DIMENSÕES: 1000X600MM (C X P)**

- confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – *Medium Density Particleboard*), com espessura mínima de 25mm e máxima de 30mm;
- revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico com no mínimo de 0,2mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, texturizado, semifosco e antirreflexo, na cor a definir;
- o bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com acabamento em fitas em PVC ou ABS com 2,5mm de espessura mínima, coladas pelo processo “*hot melt*”, de acordo com as normas da ABNT, respeitando a cor e tonalidade do laminado melamínico;
- comprimento do tampo de 1000mm (incluindo-se os acabamentos);
- profundidade total (incluindo os acabamentos, tais como as fitas em PVC ou ABS nas bordas): 600mm (aceitar-se-á variações de +/- 10mm);
- as duas extremidades laterais deverão ser retas e possuir rigorosamente a mesma profundidade e altura;
- com nicho/caixa de conexão, com tampa modelo basculante, com entalhes para instalação de tomadas de lógica e elétrica (com divisão interna para lançamento em separado de cabos elétricos (lógicos/elétricos, instaladas horizontalmente ao longo do tampo).

PAINEL FRONTAL:**DIMENSÕES: 1000X750MM (C X A)**

- confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – *Medium Density Particleboard*), com espessura mínima de 15mm e máxima de 20mm, no mesmo padrão do tampo;
- revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico com no mínimo de 0,2mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, texturizado, semifosco e antirreflexo, na cor a definir;
- o bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com acabamento em fitas em PVC ou ABS com 2,5mm de espessura mínima, coladas pelo processo “*hot melt*”, de acordo com as normas da ABNT, respeitando a cor e tonalidade do laminado melamínico;
- comprimento total (incluindo os acabamentos, tais como as fitas em PVC ou ABS nas bordas): 1000mm;
- altura mínima de 750mm do piso acabado, (aceitar-se-á variação de +/- 10mm);
- Será fixado na estrutura a uma altura de 5/10cm do piso, de modo que fique na mesma medida acima do tampo, servindo de anteparo (proteção contra queda de materiais da bancada), sendo fixado de forma a cobrir a canaleta estrutural.

ESTRUTURA:**DIMENSÕES: ALTURA TOTAL DO MÓDULO MONTADO: 740/750MM**

- estrutura de sustentação horizontal confeccionada em tubos de aço, sendo duas travessas em tubos de 30X20 mm, com espessura de parede mínima de 1,2 mm, com vão livre para passagem de fiação, e duas travessas centralizadas em tubo de 50X20 mm, com espessura de parede mínima de 1,2 mm, com recorte a laser, dispensando o uso de solda;

- estrutura de sustentação lateral confeccionada em tubos de aço, sendo duas colunas de 50X50 mm, com espessura de parede mínima de 1,2 mm;
- todos os componentes em aço/metálicos deverão receber por meio de processo de desengraxe e fosfatização, com pintura eletrostática em epóxi, na cor a definir;
- possibilidade de passagem de fiação na parte interna, nos sentidos horizontal (da calha para o pé) e vertical (no sentido tampo/piso), permitindo a passagem de cabos de lógica e elétrica;
- será afixada uma eletrocalha, confeccionada em aço, para passagem de cabos elétricos e lógica, situada ao fundo da parte inferior do tampo fixada na parte interna do tampo, com furação para instalação de tomadas elétricas e de dados (o sistema de fixação da calha deve permitir a sua remoção e recolocação sem danos à mesa, em especial à superfície do painel);
- dimensões: compatíveis com o tampo, altura total do módulo montado: 740mm ou 750mm, com sapatas reguláveis, de modo a possibilitar o perfeito nivelamento dos tampos dos módulos.
- a conexão de um módulo ao outro e, também, ao piso (ao menos em 4 pontos), de modo a garantir a estabilidade do conjunto/bancada/plataforma;
- peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos;
- os dispositivos de fixação das peças umas nas outras devem ser reforçados, conferindo rigidez ao módulo, a ponto de não ocorrer “afrouxamento” mesmo que sofra ação de puxar/empurrar/levantar com a finalidade de adequação de layout;
- sistema de fixação dos pés, tampo e painéis frontais com uso de bucha metálica/plástica (isto é, não será aceita a fixação de parafusos diretamente no tampo e nos painéis frontais, objetivando a possibilidade de desmontagem/montagem sem danos à mesa);
- o acabamento da plataforma deverá apresentar padrão industrial, isto é, apresentar excelente qualidade, inclusive quanto aos pontos de soldagem, peças com encaixes perfeitos, estabilidade (sem peças soltas), conformidade de dimensões das peças, dentre outros aspectos correlatos.
- GARANTIA DO FABRICANTE mínima de 5 (cinco) anos.

Unidade	Qtde	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	86	R\$ 2.494,33	R\$ 214.512,38	R\$ 10,00

02

DESCRIÇÃO GERAL: PLATAFORMA DE TRABALHO INDIVIDUAL (EXTREMIDADE)

TAMPO: IDEM AO ITEM 01 - DIMENSÕES: 1000X600MM (C X P)

PAINEL FRONTAL: IDEM AO ITEM 01 - DIMENSÕES: 1000X750MM (C X A)

PAINEL LATERAL:

- painel lateral na extremidade, de modo a possibilitar o fechamento do conjunto das plataformas montadas em cada nível (esquerdo e direito);
- confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – *Medium Density Particleboard*), com espessura mínima de 15mm e máxima de 20mm, no mesmo padrão do tampo;

- revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico com no mínimo de 0,2mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, texturizado, semifosco e antirreflexo, na cor a definir;
- o bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado com acabamento em fitas em PVC ou ABS com 2,5mm de espessura mínima, coladas pelo processo “*hot melt*”, de acordo com as normas da ABNT, respeitando a cor e tonalidade do laminado melamínico;
- a profundidade do painel deverá ser igual ao do tampo.

ESTRUTURA: IDEM AO ITEM 01 - DIMENSÕES: ALTURA TOTAL DO MÓDULO MONTADO: 740/750MM

- GARANTIA DO FABRICANTE mínima de 5 (cinco) anos

Unidade	Qtde	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	32	R\$ 2.561,33	R\$ 81.962,56	R\$ 10,00

03

DESCRIÇÃO GERAL: PLATAFORMA DE TRABALHO INDIVIDUAL (PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS - P.C.R.)

TAMPO: IDEM AO ITEM 01- DIMENSÕES: 1000X600MM (C X P)

PAINEL FRONTAL:

DIMENSÕES: 1000X750MM (C X A)

- confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – *Medium Density Particleboard*), com espessura mínima de 15mm e máxima de 20mm;
- revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico com no mínimo de 0,2mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, texturizado, semifosco e antirreflexo, na cor a definir;
- o bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado com acabamento em fitas em PVC ou ABS com 2,5 mm de espessura mínima, coladas pelo processo “*hot melt*”, de acordo com as normas da ABNT, respeitando a cor e tonalidade do laminado melamínico;
- comprimento total (incluindo os acabamentos, tais como as fitas em PVC ou ABS nas bordas): 1000mm;
- **altura mínima de 750mm, do piso acabado, devendo ser assegurada a altura livre sob o tampo de no mínimo 730mm, de modo que o P.C.R tenha a possibilidade de avançar sob a plataforma, em conformidade com a NBR 9050:2015;**
- Será fixado na estrutura a uma altura de 5/10cm do piso, de modo que fique na mesma medida acima do tampo, servindo de anteparo (proteção contra queda de materiais da bancada), sendo fixado de forma a cobrir a canaleta estrutural.

PAINEL LATERAL:

- painel lateral na extremidade, de modo a possibilitar o fechamento do conjunto das plataformas montadas em cada nível (esquerdo e direito);
- confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – *Medium Density Particleboard*), com espessura mínima de 15mm e máxima de 20mm, no mesmo padrão do tampo;

		<ul style="list-style-type: none"> • revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico com no mínimo de 0,2mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, texturizado, semifosco e antirreflexo, na cor a definir; • o bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com acabamento em fitas em PVC ou ABS com 2,5 mm de espessura mínima, coladas pelo processo “hot melt”, de acordo com as normas da ABNT, respeitando a cor e tonalidade do laminado melamínico; • a profundidade do painel deverá ser igual ao do tampo; <p>ESTRUTURA: IDEM AO ITEM 01 - DIMENSÕES: ALTURA TOTAL DO MÓDULO MONTADO: 740/750MM</p> <ul style="list-style-type: none"> • GARANTIA DO FABRICANTE mínima de 5 (cinco) anos 		
Unidade	Qtde	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	06	R\$ 2.749,33	R\$ 16.495,98	R\$ 10,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DO GRUPO			R\$ 312.970,92	

1.2. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.3. Para definição de cores, no momento da aquisição do mobiliário, a empresa deverá fornecer catálogo de cores disponíveis no mercado para escolha por esta Administração, por intermédio da Coordenadoria de Recursos Materiais..

1.4. Cada plataforma poderá conter selo/marca do fabricante de forma discreta.

1.5. As peças de MDP deverão, ao longo do período de garantia, manter superfície perfeitamente planas, portanto, sem ondulações. Da mesma forma, o revestimento não poderá apresentar descolamentos ou imperfeições.

1.6. Todos os componentes metálicos deverão passar por tratamento de fosfatização por imersão (lavagem –decapagem-fosfatização), permitindo que as partes internas dos tubos, travessas e demais componentes, também recebam o tratamento, aumentando a capacidade de ancoragem da tinta e pintura eletrostática em tinta híbrida epóxi em pó poliéster fosco de alta performance, polimerizada em estufa a 200° C.

1.7. Os pontos de fixação das partes em MDP/MELAMÍNICO com a estrutura deverão ser através de parafusos e porca-garra internas tipo ZAMAK ou similar.

1.8. As plataformas instaladas nas extremidades (Item 2) deverão possuir painel lateral, de modo a finalizar o conjunto de módulos.

1.9. As plataformas descritas no Item 3, para atender pessoas com mobilidade reduzida (P.C.R) deverão possuir painel lateral à direita e à esquerda (SEIS UNIDADES INDIVIDUALIZADAS QUE SERÃO INSTALADAS NO PISO TÉRREO, TRÊS EM CADA ESPAÇO), de modo a garantir a circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R.

2. Os itens 1, 2 e 3 foram agrupados pois serão instalados em um mesmo ambiente, com a formação de módulos com as mesmas especificações e características de cor, forma, textura, materiais, acabamento e montagem.

3. DA GARANTIA

3.1. A garantia dos materiais terá início na data do recebimento definitivo dos mesmos, com vigência durante o período de garantia informado pela empresa, observado o período mínimo de 5 (cinco) anos.

- 3.1.1 A empresa fornecedora deverá entregar, juntamente com os materiais, o certificado de garantia.
- 3.2. A contratada deverá possuir rede de assistência técnica durante o período de garantia, devendo prestar assistência técnica aos materiais adquiridos, reparando ou substituindo peças com defeito de fabricação ou funcionamento, sem ônus ao tribunal, nos termos da legislação aplicável aos direitos do consumidor e do certificado de garantia (no que não conflitar com as regras fixadas no Edital e seus anexos).
- 3.3. O pedido de substituição do objeto ou eventuais reparos, durante o período de garantia, será formalizado mediante Notificação encaminhada por AR, e-mail, ou outro meio hábil de comunicação.
- 3.4. O prazo máximo para atendimento/resolução aos chamados para prestação de assistência técnica será de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da notificação.
- 3.5. Caso seja necessária a substituição de alguma unidade fornecida, por qualquer motivo, as novas unidades devem apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos constantes da proposta original.
- 3.6. Todas as despesas de transporte, retirada e devolução dos itens constantes do objeto, serão de responsabilidade de contratada, sem ônus adicional para o contratante.
- 3.7. A solicitação para substituição de unidades defeituosas deverá ser recebida e identificada pela contratada para contínuo acompanhamento pelo contratante dos prazos para a substituição;
- 3.8. A contratada deverá apresentar planilha dos objetos fornecidos com necessidade de substituição, durante a garantia, de forma detalhada e com justificativa técnica.

4. DA SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Em atendimento às normas ambientais vigentes, especialmente a Lei nº 6.938/81 e Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, será exigida a comprovação de registro do fabricante de produtos de estrutura de madeira e de móveis junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.
- 4.1.1. A exigência do Comprovante de Registro Regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) aplica-se aos fabricantes instalados no Brasil. Em se tratando de produto fabricado em outro país, compete à licitante comprovar a(s) origem(ns) do(s) produto(s).
- 4.2. O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-SDT-40-004 V2-1.
- 4.2.1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio de Certificado FSC ou Certificado CERFLOR em nome da Indústria de Móveis (fabricante do mobiliário), comprovando que a matéria prima utilizada é procedente de fontes ecologicamente corretas.
- 4.3. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- 4.3.1. Certificado de Conformidade emitido por entidade certificadora, em conformidade com a NBR 13966:2008 – Ensaio para atendimento das dimensões de mesas de escritório de uso geral, os requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos.
- 4.3.2. Certificado de Conformidade emitido por entidade certificadora, em conformidade com a NBR 13967 – Ensaio para atendimento das características físicas e dimensionais incluindo requisitos mecânicos de segurança e ergonômicos.
- 4.3.3. Parecer técnico de que o produto atende a Norma Regulamentar do Ministério do Trabalho NR 17.
- 4.3.4. Certificado de conformidade de processo de preparação e pintura em superfícies metálicas emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, conforme normas NBR ABNT 8094:1983;

4.4. A comprovação de conformidade quanto à NBR/ABNT de que dispõem das cláusulas 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.4, se dará mediante apresentação de:

- a) Certificado de Marca de Conformidade ABNT, ou;
- b) Laudo técnico de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, indicando que o material atende à NBR/ABNT exigida para o item, devendo estar explicitados no referido laudo os testes de ensaios realizados e seus respectivos resultados.

4.5. A comprovação de conformidade à NR-17 será mediante a apresentação de laudo /parecer expedido por Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do trabalho, Ergonomista, anexar ao parecer documentos que comprovem a competência técnica do profissional responsável pela emissão do parecer.

4.6. Os documentos de que tratam as Cláusulas 4.1, 4.2. e 4.3 deverão ser apresentados QUANDO DO LANÇAMENTO DA PROPOSTA eletrônica no Comprasnet.

CAPÍTULO IV – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

1. A análise das propostas será realizada pelo Pregoeiro e visa a verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise, a licitante deverá apresentar Catálogos do fabricante: documento gráfico em formato PDF ou Word, contendo imagens e especificações que indiquem o modelo e tipo de produto ofertado, através do qual seja comprovado o atendimento das especificações exigidas, com características de dimensões, marca e modelo compatíveis com os documentos técnicos apresentados.

3. Na fase de aceitação das propostas, o primeiro classificado deverá encaminhar uma amostra do mobiliário (COMPOSTO DE PAINEL LATERAL NAS DUAS EXTREMIDADES-MÓDULO INDIVIDUALIZADO), sem ônus para este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, após a solicitação do Pregoeiro, para aferição de tudo que foi definido.

4. A amostra deverá ser entregue e montada no Almoxarifado deste Tribunal, situado na rua Delegado José Alfredo Hardman, 184, Jardim Veraneio, CEP 79.037-106 - Campo Grande/MS, mediante agendamento com o responsável da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, por meio do telefone (67) 3361-0016 ou email: todos.almox@tre-ms.jus.br .

5. A amostra deverá vir acompanhada de ficha técnica do produto ofertado contendo suas características, especificações de acordo com este termo de referência.

6. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

7. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação da amostra são:

- a) Análise de conformidade com as especificações deste termo de referência;
- b) Análise da qualidade de materiais – matéria-prima, componentes, colagens, pintura, etc;
- c) Análise do acabamento – esmero na fabricação, junção das peças, igualdade das medidas, pintura;
- d) Análise da ergonomia - conformidade dos móveis em relação a normas de fabricação segundo a ABNT.

8. Será rejeitada a amostra que apresentar divergências em relação às especificações técnicas solicitadas.

9. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações nos produtos apresentados.

9.1. A análise da amostra será realizada pela SPA (Seção de Patrimônio e Almoxarifado), podendo ser requisitada a participação de unidade especializada e resultará em relatório, decidindo pela aceitação ou não da proposta da empresa para o item.

9.2. Poderá ser efetuado registro fotográfico ou de vídeo das amostras, de modo a documentar a análise realizada.

9.3. A SPA (Seção de Patrimônio e Almoxarifado) elaborará relatório da análise da amostra, decidindo pela aceitação ou não da proposta da empresa.

9.4. O relatório de análise técnica será divulgado no sítio do Tribunal na página: www.tre-ms.jus.br.

10. A análise da amostra poderá ser acompanhada pelo representante legal da licitante, não sendo permitidas, contudo, interferências verbais ou operacionais no decorrer dos procedimentos.

11. A amostra rejeitada deverá ser retirada em até 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação do resultado da licitação, independente de comunicação.

11.1. Decorrido o prazo estabelecido, a amostra não poderá ser reclamada, reservando-se a este Tribunal o direito de proceder à destinação do produto.

12. Após a análise e aceitação da amostra apresentada, a mesma será retida até o recebimento definitivo do mobiliário, para que seja comparada com as entregues.

13. Para a presente licitação, entende-se o termo amostra como sendo um exemplar completo, do tipo de mobiliário solicitado, construído com materiais novos, seguindo exatamente as especificações técnicas deste termo de referência, com o fim de ser analisado quanto à conformidade com o especificado.

14. A análise realizada pelo Pregoeiro durante a sessão pública, bem como a da amostra eventualmente apresentada, não implicam na obrigação de aceitação dos materiais pelo TRE/MS, sendo que por ocasião do recebimento provisório será verificado o atendimento às especificações exigidas, recusando-se material que não as atenda ou que seja de baixa qualidade.

CAPÍTULO V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Os materiais deverão ser entregues no Fórum Eleitoral deste Tribunal e montados/instalados nos Auditórios, situado na rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Jardim Veraneio, CEP 79.037-106 - Campo Grande/MS, mediante agendamento com o responsável da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, pelo (67) 3361-0016 ou email: todos.almox@tre-ms.jus.br.

1.1. A entrega de materiais, e montagem, deverá ser realizada no horário de 12h às 17h e 30min, de segunda à sexta-feira.

1.1.1. A critério do TRE/MS poderá ser autorizada a entrega e montagem em horário e dia diversos dos indicados na cláusula 1.1.

2. A **entrega, montagem e instalação dos mobiliários** deverá ocorrer no **PRAZO MÁXIMO de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviços.**

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento dos materiais ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS ou do responsável pela unidade em que o material for entregue.

6.1. Somente serão aceitos materiais que atendam a todas as especificações constantes deste Termo de Referência, e que sejam **RIGOROSAMENTE** idênticos ao da amostra apresentada na fase de aceitação da sessão pública.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de montagem e testes, se necessária, ou quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total;

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto nesta cláusula, aplica-se o disposto nas cláusulas 3 a 5 deste Capítulo.

11. A contratada deverá recolher todo o lixo resultante das atividades de montagem, não deixando nenhum vestígio, ficando a cargo da empresa a remoção dos resíduos, assim como se responsabilizar pelo descarte ecologicamente correto, nos termos da legislação ambiental.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material/serviço, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal (o que ocorrer por último).

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I =

Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%,
 $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas no termo contratual (minuta constante do Anexo II).

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
6. Requisitar a prestação de serviços de assistência técnica durante o período de vigência da garantia dos materiais.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento, montagem e instalação dos mobiliários nos auditórios do Fórum Eleitoral de Campo Grande/MS, decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e no Termo de Contrato (Minuta – Anexo II).
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.
5. Prestar assistência técnica durante o período de garantia dos materiais.
6. O fornecedor fica, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
7. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
8. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
9. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 9.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
10. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS, 2021

Equipe de Planejamento da Contratação

TRE/MS

Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 07/12/2021, às 13:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1129110** e o código CRC **A9AE880A**.

0004556-30.2021.6.12.8000

1129110v4